



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1009155-39.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Indenização por Dano Material**
 Requerente: **Carlos Alexandre Vitor**
 Requerido: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Ação de Reparação de Danos Materiais, movida por **CARLOS ALEXANDRE VITOR** contra a **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS** e **COOPERATIVA COOPERVIDA**, alegando que é proprietário do imóvel situado na Rua Irineu Mello, nº 434, sendo que, em 18/12/2014, ocorreu um incêndio de grande proporção no terreno vizinho ao seu, onde funcionava Ecoponto (posto de coleta de resíduos de construção civil e resíduos volumosos), que causou sérias avarias na parte externa da sua construção. Aduz que o incêndio foi causado devido a omissão do ente público em fiscalizar o Ecoponto, ao excesso de material depositado no local e, principalmente, pela falta de remanejamento dos materiais. Requer, então, sejam os requeridos condenados a indeniza-lo pelos danos materiais sofridos, no valor de R\$ 4.606,35 (quatro mil seiscentos e seis reais e trinta e cinco centavos).

Citado (fl. 64), o Município apresentou contestação (fls. 66/80). Preliminarmente, alegou ilegitimidade passiva e denunciação da lide à Cooperativa Coopervida. No mérito, sustenta que, em casos como o narrado na inicial, a responsabilidade da Fazenda Pública é subsidiária e subjetiva. Sustenta, ainda, culpa exclusiva de terceiro, já que o incêndio teria sido criminoso. Por fim, contesta os valores atribuídos a título de danos materiais, afirmando que o gasto máximo seria em torno de R\$2.050,00. Encaminhou aos autos os documentos de fls. 82/84.

Houve réplica, fls. 87/92.

Pela decisão de fls. 93 foi afastada a preliminar de legitimidade passiva alegada pelo Município de São Carlos.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Foi deferida a denunciação da lide à Coopervida Cooperativa (fl.119) que, por sua vez, apresentou contestação às fls. 148/159, acompanhada dos documentos de fls. 160/176. Sustenta, em resumo, que é parte ilegítima para figurar no polo passivo da ação, pois é uma cooperativa sem fins lucrativos, tendo celebrado contrato com a Prefeitura de São Carlos, por meio de dispensa de licitação, para a execução de serviços de coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos, em áreas predeterminadas pela municipalidade, conforme especificações constantes do Processo Administrativo nº 31.428/14. Alega, ainda, que, de acordo com as cláusulas contratuais, a Prefeitura Municipal de São Carlos é a única responsável pela fiscalização, bem como por providenciar planos de segurança e medidas de precaução nos Ecopontos. Requer sejam concedidos os benefícios da assistência judiciária gratuita e a improcedência do pedido.

Houve réplica, fls. 179/184.

É o relatório.
Fundamento e decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do CPC-15, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas.

A preliminar de ilegitimidade passiva alegada pelo Município de São Carlos já foi afastada pela decisão de fls. 93.

No mérito, o pedido principal merece acolhimento, havendo que se fazer ajuste apenas quanto ao valor da condenação. Já o pedido objeto da lide secundária não comporta acolhida.

O autor socorre-se do Judiciário a fim de se ver ressarcido dos prejuízos materiais advindos do incêndio ocorrido no Ecoponto mencionado na inicial, que danificou parte de seu imóvel, sob a alegação de que ao requerido caberia evitar esse incêndio.

Pois bem.

Quando se fala em dever de indenizar, é preciso observar a existência de alguns requisitos, tais como: ato ilícito (que pode ser omissivo ou comissivo), dano e nexo causal. A responsabilidade civil do Estado e da pessoa jurídica de direito privado


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

prestadora de serviço público baseia-se na teoria do risco administrativo e no art. 37, §6º¹ da Constituição Federal, segundo a qual respondem pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa. Assim, para obter a indenização, basta que a vítima demonstre a ação ou omissão, o dano e o nexo causal entre este e o fato lesivo.

Se o dano decorrer de uma omissão, a responsabilidade do Estado torna-se subjetiva, havendo necessidade de se perquirir a existência de culpa, pois somente a omissão do dever legal de impedir a ocorrência do dano tem o condão de ensejar a sua responsabilização. A culpa decorre do descumprimento do dever legal atribuído ao Poder Público de impedir a ocorrência do dano.

Celso Antônio Bandeira de Mello, dissertando a respeito do tema, deixa expresso que *"o Estado só responde por omissões quando deveria atuar e não atuou - vale dizer: quando descumpre o dever legal de agir. Em uma palavra: quando se comporta ilicitamente ao abster-se."* E continua: *"A responsabilidade por omissão é responsabilidade por comportamento ilícito. E é responsabilidade subjetiva, porquanto supõe dolo ou culpa em suas modalidades de negligência, imperícia ou imprudência, embora possa tratar-se de uma culpa não individualizável na pessoa de tal ou qual funcionário, mas atribuída ao serviço estatal genericamente. É a culpa anônima ou faute de service dos franceses, entre nós traduzida por 'falta de serviço'."* É que, em caso de ato omissivo do poder público, o dano não foi causado pelo agente público. E o dispositivo constitucional instituidor da responsabilidade objetiva do poder público, art. 107 da CF anterior, art. 37, § 6º, da CF vigente, refere-se aos danos causados pelos agentes públicos, e não aos danos não causados por estes, *"como os provenientes de incêndio, de enchentes, de danos multitudinários, de assaltos ou agressões que alguém sofra em vias e logradouros públicos, etc."* Nesses casos, certo é que o poder público, se tivesse agido, poderia ter evitado a ação causadora do dano. A sua não ação, vale dizer, a omissão estatal, todavia, se

¹(§ 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.)


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

pode ser considerada condição da ocorrência do dano, causa, entretanto, não foi. A responsabilidade em tal caso, portanto, do Estado, será subjetiva. (Celso Antônio Bandeira de Mello, 'Responsabilidade Extracontratual do Estado por Comportamentos Administrativos', em 'Rev. dos Tribs.', 552/11, 13 e 14; 'Curso de Direito Administrativo', em 'Rev. dos Tribs.', 552/11, 13 e 14; 'Curso de Direito Administrativo', Malheiros Ed. 5ª ed., pp. 489 ").

No caso em comento, a responsabilidade deve ser aferida pela identificação do elemento culpa, pois se imputa aos requeridos omissão na manutenção e fiscalização de um dos EcoPontos, que constituem postos de coleta de resíduos sólidos urbanos recicláveis e reutilizáveis à disposição dos municípios.

O serviço de coleta, processamento e comercialização destes resíduos faz parte da política ambiental do município, portanto, de sua atribuição. Contudo, conforme demonstrado, o serviço público foi descentralizado por meio de contrato de colaboração com a Cooperativa Coopervida.

Analisando o contrato realizado entre o Município de São Carlos e a Coopervida Cooperativa de Trabalho de Catadores de Materiais Recicláveis de São Carlos (fls. 169/175), notadamente a "Cláusula Quarta – Das obrigações do Contratante" e a "Cláusula Nona – Do Controle e da Fiscalização", conclui-se que o Município contratante é o único responsável pela fiscalização, administração e proteção do Ecoponto, de forma que não é possível atribuir à requerida Coopervida responsabilidade pelos danos acarretados ao imóvel do autor.

No mais, analisando os documentos e fotografias trazidos aos autos, verifica-se a ocorrência de omissão do Município requerido a ensejar a sua responsabilização pelos danos causados.

A ocorrência do incêndio, no dia 18/12/2014, no Ecoponto referido na inicial, é fato incontroverso. A municipalidade requerida admitiu o ocorrido, afirmando, no entanto, que não teve culpa. Contudo, não é essa a conclusão que se extrai do conjunto probatório.

Entre as obrigações do Município contratante, determina a cláusula 4.17 que cabe a ele "*Retirar periodicamente os rejeitos, materiais não recicláveis ou sem valor*



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

comercial, com frequência adequada para não gerar no ECOPONTO problemas de ordem sanitária".

No caso dos autos, os documentos e fotografias indicam que o incêndio se deu por falta de fiscalização e excesso de material depositado junto do Ecoponto.

De fato, as fotografias trazidas com a inicial, notadamente as de fls. 34/35, comprovam a excessiva quantidade de material no ECOPONTO, principalmente sofás e restos de madeira, que estão depositados, inclusive, do lado de fora do ponto de coleta.

Assim, a falta de fiscalização, somado ao excesso de recicláveis depositados no local e à omissão do Município em remanejar referidos materiais aumentaram significativamente a probabilidade de ocorrência de incêndio.

Logo, diante das circunstâncias, a origem do incêndio é irrelevante, pois cabe ao Município zelar pelo ponto de coleta dos materiais descartáveis, que está sob sua responsabilidade.

Desta feita, comprovados o nexo causal entre os danos experimentados pelo autor e o ilícito omissivo praticado pela Municipalidade, de rigor a sua condenação.

Quanto aos danos materiais, pretende o autor a percepção de R\$ 4.606,35, assim compreendidos: R\$3.200,00, referentes à mão de obra de pedreiro; R\$105,00, referentes a locação de 16 andaimes, 5 plataformas, no período de 02/02/2015 a 17/02/2015; R\$100,00 referentes a reparo e moldura de gesso; R\$870,50 referentes à aquisição de materiais; R\$300,00 referentes à colocação de calhas; e R\$29,25 referentes à Nota Fiscal Eletrônica de Serviço.

O valor de R\$29,25 deve ser excluído da quantia a ser indenizada ao requerente, uma vez que se refere ao recolhimento do ISSQN, feito pelo profissional que prestou serviço ao autor.

No mais, os valores pleiteados encontram-se devidamente comprovados nos autos, fls. 54/58, não havendo razão para que se repute inidônea a documentação apresentada, inclusive porque condizente com os danos experimentados e os reparos realizados, sendo que o Município apresentou apenas uma estimativa, feita pelo servidor municipal.

Por fim, não procede a denúncia da lide tendo em vista que a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

responsabilidade contratual pela fiscalização e retirada dos materiais do local é apenas do Município, cabendo à Cooperativa apenas a coleta e a separação.

Ante o exposto, julgo o processo, com resolução do mérito e **PROCEDENTE** pedido objeto da lide principal, para o fim de condenar o requerido a pagar ao autor, pelos danos materiais a ele causados, o valor de R\$ 4.579,50 (quatro mil, quinhentos e setenta e nove reais e cinquenta centavos), corrigidos, desde o desembolso de cada quantia que o compôs, pela "Tabela Lei Federal nº 11.960/09 Modulada", com incidência de juros a contar da citação (juros aplicados à caderneta de poupança), nos termos da Lei 11.960/09.

Tendo havido sucumbência mínima da parte autora, condeno o Município de São Carlos a arcar com os honorários advocatícios, que fixo em 20% sobre o valor da condenação.

Por outro lado, julgo improcedente o pedido objeto da lide secundária e condeno o Município denunciante a pagar ao advogado da denunciada honorários de 10% sobre o valor atualizado da causa.

P. I.

São Carlos, 24 de outubro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**